

Report EuroDIG

Estrasburgo, 12 a 14 maio de 2025



EuroDIG 2025

Proteger os direitos humanos através do equilíbrio entre a inovação e a regulação

Entre os dias 12 e 14 de maio decorreu o [EuroDIG](#), em Estrasburgo, França, organizado e acolhido pelo Conselho da Europa em cooperação com a Presidência luxemburguesa do Comité de Ministros do Conselho da Europa. O EuroDIG é um fórum multissetorial pan-europeu focado na Governação da Internet (IG), que tem como principal objetivo promover a participação dos europeus no diálogo sobre esta temática, reunindo perspetivas de diferentes stakeholders, facilitando o debate e permitindo enformar decisões no que respeita à Internet. Este fórum conta com vários parceiros institucionais de muito relevo (ex. Comissão Europeia; UNESCO; ICANN; RIPE; Internet Society, etc) e vários donors, que incluem os ccTLD's europeus de referência, como, a título de exemplo, o .eu, .de, .nl, .at, e também .pt. Sendo uma iniciativa regional do [Internet Governance Forum](#) (IGF), as "Mensagens" que resultam de cada uma das edições do EuroDIG são apresentadas na conferência anual do IGF.

Nesta edição, pelo segundo ano consecutivo, o .PT apoiou financeiramente a deslocação e alojamento de um jovem estudante do Instituto Politécnico de Guarda, ao evento onde participou ativamente junto com a comunidade youthDIG¹. O relatório elaborado por este jovem sobre a sua participação no EuroDIG 2025 pode ser consultado em anexo.

O mote da edição deste ano foi: *"Safeguarding human rights by balancing regulation and innovation"* dando continuidade ao debate iniciado na edição anterior dedicada à temática *"Balancing regulation and innovation"*, e cujas Mensagens finais podem ser consultadas [aqui](#). Ambas as edições estiveram muito ancoradas nos últimos desenvolvimentos tecnológicos trazidos pela Inteligência Artificial (IA), em particular as questões políticas, jurídicas e éticas que lhe estão associadas, e nos processos internacionais em matéria de governação da Internet, em particular [WSIS+20](#).

Na impossibilidade de conseguirmos aqui concentrar todas as interessantes discussões que decorreram durante o EuroDIG, tentaremos apresentar um breve resumo das principais ideias que retirámos das sessões que mais captaram a nossa atenção, desde logo pela interceção com o âmbito de ação institucional do .PT.

The Council of Europe Framework Convention on AI and Guidance for the Risk and Impact Assessment of AI Systems on Human Rights, Democracy and Rule of Law (HUDERIA)

Key participants:

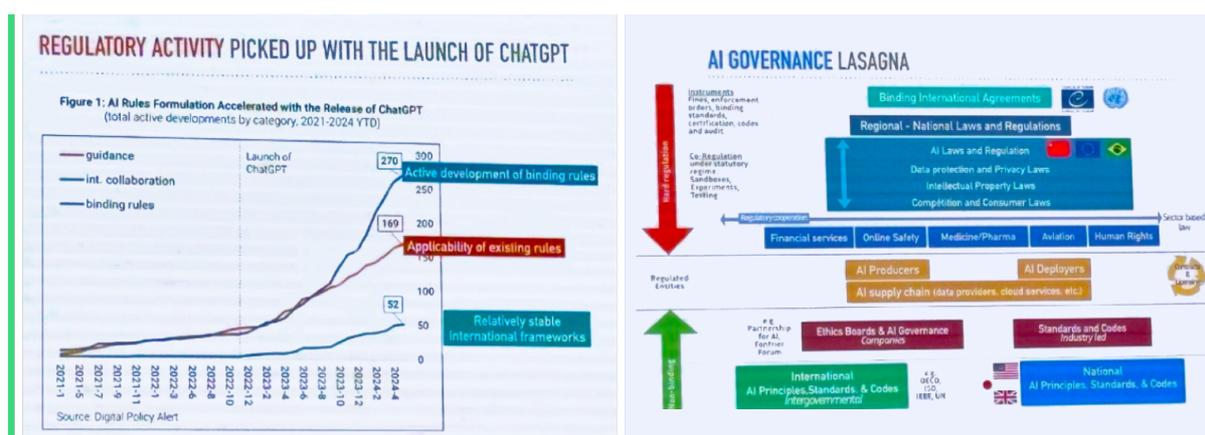
- Mario Hernandez Ramos, Chair of the Council of Europe's Committee on Artificial Intelligence (CAI);

¹ Mensagens da YouthDIG disponíveis em: https://eurodigwiki.org/wiki/YOUthDIG_2025.

- Jordi Ascensi Sala, Member of the CAI for Andorra;
- Jasper Finke, Member of the CAI for Germany;
- Murielle Popa Fabre, NLP/ML Expert for AI Policies, Responsible AI Policies and Governance | Computational Neuroscientist | x INRIA & Cornell Researcher;

Esta sessão preparatória decorreu antes da abertura oficial da edição do EuroDIG deste ano e analisou a forma como a [Convenção-Quadro do Conselho da Europa sobre Inteligência Artificial, Direitos Humanos, Democracia e Estado de Direito](#) (“Convenção”) foi elaborada para complementar os padrões internacionais de direitos humanos existentes, colmatar lacunas jurídicas decorrentes dos rápidos avanços tecnológicos e fortalecer a democracia e o Estado de Direito. A Convenção é uma iniciativa inovadora que aborda os desafios e as oportunidades colocados pela IA no contexto dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS). Exige que todas as atividades dentro do ciclo de vida da IA estejam alinhadas com os princípios fundamentais que apoiam os direitos humanos, a democracia e o Estado de direito.

A Convenção não aborda a tecnologia IA, mas antes os sistemas de IA e a sua utilização e prevê uma lista de princípios (não de regras) que devem pautar o desenvolvimento e emprego desses sistemas, incluindo igualdade, não discriminação, transparência e supervisão, responsabilidade e responsabilização, entre outros.



Conforme é possível verificar nas imagens acima, verificou-se um aumento exponencial na regulação da IA desde a introdução do Chat GPT. A regulação da IA tem sido feita por camadas (*lasagna*): **1. Abordagem** - regular os sistemas de IA de acordo com princípios que ressoem no panorama nacional; **2. Método** - preparar um guia que pode ser lei/convenção/códigos de conduta para as empresas aplicarem; **3. Governança e Regulamentação** - incorporando as opiniões das pessoas potencialmente afetadas identificadas ao longo do ciclo de vida do sistema de IA. A regulação da IA pode ser muito detalhada e compartimentada (ex. Deepseek).

O treino de profissionais e a aposta na capacitação são fundamentais para garantir o cumprimento e operacionalizar a regulação da IA. O Conselho da Europa está a equacionar desenvolver e documentar uma metodologia, fundamentada na Convenção, que auxiliará as empresas a desenvolverem e implementarem sistemas de IA de acordo com as regras e princípios vigentes.

Countering Disinformation and Harmful Content Online

Key participants:

- Alina Tatarenko, Head of Division for Cooperation on Freedom of Expression, Council of Europe;
- Valentyn Koval, First Deputy Chair of the National Council of Television and Radio Broadcasting of Ukraine;
- Aneta Gonta, Deputy Chair of the Audiovisual Council of the Republic of Moldova, member of the CDMSI, Council of Europe;
- Alina Koushyk, Director of the Belsat TV, Belarusian media outlet in exile;
- Amela Odobašić, Head of Broadcasting, Communications Regulatory Agency of Bosnia and Herzegovina;
- Andrin Eichin, Senior Policy Advisor on online platforms, algorithms, and digital policy at the Swiss Federal Office of Communications (OFCOM), Switzerland; Chair of the Committee of Experts on the Implications of Generative Artificial Intelligence for Freedom of Expression of the Council of Europe (MSI-AI);
- Julie Posetti, Professor, Global Director of Research, International Centre for Journalists & Professor of Journalism at City, University of London;
- Hakim Charles, X Global Compliance, London;

Nesta sessão preparatória discutiu-se como fortalecer a resiliência democrática através do combate à ameaça da desinformação e dos conteúdos nocivos online. Esta sessão reuniu reguladores dos meios de comunicação social, parlamentares, jornalistas, plataformas online e outras partes interessadas importantes para um diálogo orientado para soluções sobre como lidar com estes riscos e, ao mesmo tempo, proteger os direitos dos cidadãos.

De acordo com o Princípio 7 dos [Princípios de Reykjavik para a Democracia](#), do Conselho da Europa, a desinformação ou a informação falsa que represente uma ameaça à democracia e à paz deverá ser combatida de maneira compatível com o direito internacional, incluindo o direito à liberdade de expressão e à liberdade de opinião. Embora a liberdade de expressão seja um pilar fundamental da democracia, certas formas de desinformação e conteúdos nocivos representam sérias ameaças à saúde pública, à ordem e segurança públicas e até à segurança nacional, minando a própria estrutura das sociedades democráticas.

Perante este cenário, o Conselho da Europa desenvolveu e publicou o [Guidance Note of the Council of Europe on countering the spread of online mis- and disinformation through fact-checking and platform design solutions in a human rights compliant manner](#) (*Guidances*) pretende apresentar estratégias para combater a desinformação online e conteúdos nocivos e garantir o respeito pela liberdade de expressão.

As *Guidances* incidem sobre pilares essenciais para garantir o equilíbrio entre a liberdade de expressão e o combate à desinformação, através, especificamente, de mecanismos de *fact-checking*

e da moderação de conteúdos, e agregam várias recomendações para os Estados-Membros (EM) do Conselho da Europa, nomeadamente sobre a necessidade de aplicarem medidas proporcionais neste âmbito. De acordo com estas *Guidances*, as organizações nacionais de *fact-checking* devem possuir recursos suficientes para funcionar – designadamente, disponibilizados pelos próprios Estados – e devem operar de uma forma transparente, pautadas por altos padrões de rigor, conhecimento e credibilidade. “*Safety by design*” deverá ser um dos princípios fundamentais no desenho de programas/sistemas de *fact-checking* e de moderação de conteúdos.

Muito relevante também é aplicação do princípio da proporcionalidade e necessidade, em particular no que respeita à intervenção dos Estados nesta matéria e ao *enforcement* de medidas de combate à desinformação e moderação de conteúdos. Nesta sessão, foi partilhado o caso da Moldávia que é muito revelador do impacto negativo que um Estado (excessivamente) intervencionista em matéria de moderação de conteúdos pode ter sobre a liberdade de expressão e o assédio à liberdade individual de cada cidadão. A intervenção dos Estados na moderação de conteúdos e *fact-checking* tem de ser muito controlada, circunscrita ao essencial e fiscalizada por órgãos independentes.

Os EM devem por isso incorporar as recomendações das *Guidances* nos seus ordenamentos jurídicos, os legisladores nacionais e reguladores devem conhecê-las e integrá-las de forma operável nos diplomas que elaboram e as empresas de *fact-checking* e de moderação de conteúdos devem contemplá-las nos seus sistemas, processos e operações. A regulação da desinformação e a moderação de conteúdos novos deve ocorrer sem censura, com base numa abordagem baseada no respeito pelos direitos humanos.

A circunstância de existirem EM do Conselho da Europa aos quais se aplica, por exemplo, o Regulamento dos Serviços Digitais e Regulamento Europeu relativo à Liberdade dos Meios de Comunicação Social – EM da UE – e outros aos quais não se aplicam e não dispõem de leis similares para regular os conteúdos ilegais online promove grandes diferenças entre os estados no combate à desinformação e moderação de conteúdos online, e dificulta a adoção de uma estratégia consertada.

Esta é uma temática complexa e que impõe um trabalho exigente de equilíbrio entre vários direitos, princípios e liberdades, um exercício difícil de fazer e também por isso é importante a intervenção de organizações como o Conselho da Europa, cuja missão é defender os direitos humanos e liberdade individuais.

Sessão de Abertura: Trabalhar em conjunto por um futuro digital centrado no ser humano – Cooperação parlamentar para a governação digital democrática

Key participants:

- Alain Berset, Secretary General of the Council of Europe;

- Elisabeth Margue, Minister of Justice, Luxembourg;
- Michael Falzon, Minister for Social Policy and Children's Rights of Malta;
- Sandra Hoferichter, Secretary General and Thomas Schneider, President, EuroDIG Support Association;
- Mario Hernandez Ramos, Chair of the Council of Europe Committee on Artificial Intelligence;
- Zeynep Yildiz, Parliamentary Assembly of the Council of Europe (PACE), Türkiye;
- Neema Lugangira, Chair, African Parliamentary Network on Internet Governance (APNIG), Tanzania;
- Hon. Ray Abela, Parliamentary Assembly of the Mediterranean (PAM), Malta;

À medida que as tecnologias digitais moldam cada vez mais as nossas democracias, economias e sociedades, os parlamentos e os parlamentares são essenciais para garantir que esta transformação reflète valores partilhados. Esta sessão reuniu representantes eleitos de todo o mundo para trocar experiências e explorar como moldar uma governação digital que defenda a dignidade humana, permita a inovação e apoie o desenvolvimento inclusivo. Destacou o papel dos parlamentos na tradução de normas internacionais – como as do Conselho da Europa, da UE, da OCDE e das Nações Unidas, etc. – em políticas nacionais que gerem riscos e aproveitem oportunidades oferecidas pela inteligência artificial e pelas tecnologias da internet.

Dignidade humana, autonomia individual, igualdade e não discriminação, transparência, responsabilidade e responsabilização são princípios fundamentais em todas as fases de “concretização” de IA, no seu desenvolvimento tecnológico, no desenvolvimento dos seus sistemas, na sua implementação, utilização e regulação. Mesmo quando estivermos perante autorregulação do setor privado (ex. Código de Conduta) estes princípios têm de ser aplicados.

A regulamentação deve servir para determinar os padrões éticos pelos quais o desenvolvimento tecnológico se deve pautar e proteger todos os que contactam com tecnologia dos riscos sociais, culturais, cívicos, políticos e económicos que esta pode apresentar. Contrariamente ao que se possa pensar, a regulamentação não é um travão para a inovação, um estudo de uma professora da universidade de Colômbia revelou cinco razões pelas quais a UE não é (tão) inovadora, como por exemplo os EUA ou a China, e, como indicamos abaixo, nenhuma dessas razões se prende com a regulamentação, mas antes com:

1. Menos adesão ao risco, individual e coletivamente considerado;
2. Políticas de imigração mais fechadas que colocam obstáculo à entrada de talento global;
3. A inexistência de um verdadeiro mercado único, mas de vários mercados dos vários Estados-Membros;
4. Falta de grande capital para investimento;
5. Legislação de insolvência punitiva que desencoraja a inovação e investimentos de risco.

Por outro lado, cada cidadão não é apenas um mero observador, todos contribuímos para a concretização dos princípios acima referidos e para uma governação da Internet humanista. A

tecnologia, em qualquer caso, falemos ou não de IA, deve estar ao serviço da humanidade, e não diminuí-la, substituí-la ou descaracterizá-la. O uso de ferramentas digitais quando orientadas por princípios democráticos claros, podem ajudar a promover a transparência, a participação cívica, o progresso científico, a governação participativa e a proteção dos direitos humanos.

O primeiro dia foi concluído com uma merecida e sentida homenagem a Nigel Hickson, um membro muito relevante da comunidade técnica e participante ativo no EuroDIG e noutros fóruns internacionais de discussão das temáticas em torno da governação da Internet, que faleceu no dia 31 de março de 2025 (www.memorygiving.com). O .PT presta a sua homenagem Nigel Hickson e as suas condolências à sua família.

Why the WSIS+20 Review Matters and How National and Regional IGFs Can Enhance Stakeholder Participation

Key participants:

- Ana Cristina F. Amoroso das Neves, Member of the UN IGF 2025 Multistakeholder Advisory Group (MAG) and Head of the Internet Governance Office at FCT-FCCN/MECI in Portugal;
- H.E. Ms. Suela Janina, Permanent Representative of Albania to the UN, WSIS+20 Co-facilitator;
- Thibaut Kleiner, Director Future Networks Directorate of DG CONNECT at the European Commission;
- David Souter, Independent Expert on Digital Society (online), lead consultant for the UN Commission on Science, Tech for Development's report looking at the implementation of WSIS outcomes over the last 20 years;
- Tawfik Jelassi, Assistant Director-General for Communication and Information, UNESCO;

A revisão deste ano dos resultados da Cimeira Mundial sobre a Sociedade da Informação, acordada em Tunes em 2005 – a Revisão WSIS+20 – concluir-se-á com uma reunião de alto nível da Assembleia Geral das Nações Unidas nos dias 16 e 17 de dezembro. Este processo irá refletir sobre o progresso na implementação dos resultados originais da WSIS e espera-se que defina o rumo da governação global da Internet e da cooperação digital para a próxima década, incluindo o futuro do Fórum de Governança da Internet (IGF).

Após a 28.ª sessão anual da Comissão das Nações Unidas sobre Ciência e Tecnologia para o Desenvolvimento (CSTD), realizada de 7 a 11 de abril, que aprovou o "[Report on the progress made in the implementation of the outcomes of the WSIS during the past 20 years](#)" - um relatório abrangente sobre a implementação dos resultados da WSIS - os próximos marcos importantes neste processo de revisão incluem o 20.º IGF anual em Lillestrøm, de 23 a 27 de junho, e o Fórum anual da WSIS, que

este ano foi reformulado como o Evento de Alto Nível WSIS+20, a decorrer de 7 a 11 de julho em Genebra.

À medida que a comunidade global se prepara para a Revisão WSIS+20, esta sessão serviu como uma plataforma para que as partes interessadas europeias alinhem as suas perspetivas em relação aos objetivos da WSIS e transmitam uma mensagem unificada às Nações Unidas. A discussão explorou formas práticas de os atores não governamentais se envolverem de forma eficaz na implementação dos compromissos da WSIS, examinar como os objetivos da WSIS se alinham com o Pacto Digital Global (Global Digital Compact – GDC) e como as Iniciativas Nacionais e Regionais (NRIs) podem contribuir para ambas as iniciativas a partir dos seus respetivos níveis. A sessão procurou identificar ações concretas, mantendo um forte compromisso com uma governação da Internet independente e baseada na abordagem multilateral e multiparticipativa.

Como bem sublinhou David Souter, o primeiro WSIS e a Agenda de Tunis têm 20 anos e muito mudou no mundo tecnológico e digital de lá para cá. O impacto que o digital tem a nível social, político, cultural e económico não é comparável ao que tinha há 20 anos atrás. Hoje temos mais tecnologias, com mais impacto na vida dos Estados, empresas e cidadãos, temos mais pessoas e empresas online e uma economia e sociedade civil mais dependente do digital. Hoje temos preocupações, por exemplo, de inclusão e capacitação digital, de violação dos direitos de privacidade, de proteção de dados pessoais, de cibersegurança, que não tínhamos há 20 anos. Hoje temos desafios e benefícios decorrentes do uso do digital que não tínhamos há 20 anos.

Thibaut Kleiner, referiu que a UE quer negociações inclusivas e abertas, de todos as partes interessadas, na revisão WSIS+20. Esta revisão está a ser vista pela UE como uma oportunidade de promover inclusão digital e fomentar o crescimento económico cumprindo-se os ODS's, não havendo qualquer interesse em alterar a maneira/modelo multiparticipativo de governação da internet que já existe. A proteção dos direitos humanos é extremamente relevante para a UE no contexto da revisão do WSIS+20, e devem estar no core de toda e qualquer reforma do modelo de governação da Internet.

Foi ainda frisado que deve ser promovido e incentivado o envolvimento dos países em desenvolvimento nestes processos e, de uma forma geral, é importante fazer coligações e colaborações com outros países e outros continentes. É também importante que os vários NRI's, como o EuroDIG, seja a nível nacional ou não, tenham oportunidade de participar ativamente nestes debates sobre o futuro da governação da Internet. Criar sinergias e pontes entre os vários atores do ambiente digital é a chave para uma discussão proveitosa e melhores resultados. A discussão vai muito além de debater tecnologias, como a IA, ou a Internet, de uma maneira geral, mas de discutir e definir o futuro digital, numa abordagem humanista, inclusiva e sustentável. Todos interessam no processo de criação de um futuro melhor.

Europe at the Crossroads: Digital and Cyber Strategy 2030

Key participants:

- Karen Mulberry, Senior Manager, Technology Policy, IEEE Standards Association;
- Christian von Stamm Jonasson, Senior Manager, European Affairs, Deutsche Telekom (DT);
- Augusto Fragoso, Director-General, Information and Innovation, National Communications Authority (ANACOM), Portugal;
- Alena Muravska, Programme Manager, Public Policy and Internet Governance, RIPE NCC;

Nesta sessão discutiu-se a resiliência das infraestruturas críticas e dos serviços essenciais face à progressiva adoção e implementação de requisitos mais rigorosos em matéria de cibersegurança. Por exemplo, a entrada em vigor da Diretiva NIS 2 introduziu um quadro mais rigoroso de conformidade em segurança e aumentou o número de entidades abrangidas, incluindo prestadores de infraestruturas digitais como prestadores essenciais. Esta mudança está naturalmente a impactar as entidades visadas, aumentando os custos e exigindo atualizações nas infraestruturas para cumprirem com os requisitos legais aplicáveis. Esta sessão procurou centrar-se no equilíbrio entre a necessidade de soberania digital e a importância de uma infraestrutura digital robusta na Europa.

À medida que a Europa navega num cenário digital em rápida evolução, a próxima década apresenta oportunidades sem precedentes, bem como desafios complexos. Desde o surgimento de novas tecnologias, até ao aumento das ameaças de cibersegurança, o continente encontra-se num momento decisivo para definir o seu futuro digital e cibernético. As decisões tomadas hoje, para responder a esta evolução acelerada, proteger as infraestruturas digitais e promover tecnologias emergentes, representam um passo significativo na construção de um ambiente digital mais conectado, seguro e inovador para a Europa. Esta sessão debateu as oportunidades e o impacto da Diretiva NIS2 e de outras legislações da UE na definição de um futuro europeu mais seguro e resiliente.

The Age Verification Dilemma: Balancing child protection and digital access rights

Key participants:

- Karen Mulberry, Senior Manager, Technology Policy, IEEE Standards Association;
- Tatiana Tropina, Senior Advisor, Institutional Relations, ISOC;
- Manon Baert, 5Rights Foundation, United Kingdom Children's Rights perspective;
- Michael Terhörst, Head of KidD Germany KidD is the independent Federal Office for the Enforcement of Children's Rights in digital Services and monitors compliance with key obligations for providers of digital services under the Digital Services Act (DSA);
- Iain Corby, Executive Director, Age Verification Providers Association; Chair, Online Age Verification Working Group, IEEE Standards Association;

À medida que a regulamentação sobre segurança online evolui na Europa, a verificação da idade está no centro do debate. Ao abrigo do Regulamento dos Serviços Digitais, as plataformas online devem implementar medidas para proteger os menores – no entanto, permanecem dúvidas sobre como equilibrar a proteção das crianças com os direitos digitais e a privacidade dos dados. Até que ponto devem ir essas restrições? Deve o acesso às redes sociais ser limitado – ou existirão alternativas mais equilibradas que assegurem a segurança sem comprometer o direito das crianças à participação?

Esta sessão explorou os desafios éticos e tecnológicos associados à verificação etária. Foram analisadas políticas atuais e propostas (ex. Online Safety Act, no Reino Unido, em 2025), avaliadas as implicações para diferentes partes interessadas – incluindo menores, pais, empresas tecnológicas e defensores das liberdades civis – e como participar em discussões baseadas em cenários para refletir sobre os equilíbrios necessários entre a proteção infantil e os direitos de acesso digital.

À medida que aumentam as preocupações com a segurança online, especialmente das crianças, governos e plataformas tecnológicas recorrem cada vez mais a mecanismos de verificação etária para restringir o acesso a determinados conteúdos e serviços digitais. Embora estas medidas tenham como objetivo proteger os jovens utilizadores de potenciais danos, levantam também questões complexas relacionadas com a privacidade, a liberdade de expressão e o direito de acesso aos espaços digitais.

As ferramentas de verificação de idade exigem muitas vezes a partilha de informação sensível (ex. n.º de identificação nacionais) e isto aumenta riscos de privacidade e segurança. Estas ferramentas podem, então, criar uma falsa sensação de segurança e ao tentar proteger as crianças online, podemos estar a deixar todos os outros mais vulneráveis. Ou seja, podemos ao tentar resolver um problema, criar outros problemas. Estas dualidades também têm alimentado a insegurança na e da Internet.

A solução poderá passar por garantir que estas ferramentas cumprem as regras de privacidade, proteção de dados e (ciber) segurança já contempladas na legislação europeia. Podemos ter uma visão holística sobre estas ferramentas de validação etária e, por exemplo, ter a interconexão de sistemas e interoperáveis, p. ex. o sistema de validação etária pode comunicar com o sistema bancário que confirma se a pessoa em questão é ou não maior de idade. Por outro lado, opções como a carteira digital europeia (em curso), ou o [euCONSENT](#) são soluções viáveis. O Comité Europeu para a Proteção de Dados publicou a "[Statement on Age Assurance](#)", em Fevereiro de 2025, reconhecendo os desafios das ferramentas de identificação etária e dando orientações para o desenvolvimento e implementação de acordo com as regras aplicáveis em matéria de proteção de dados, numa metodologia baseada no risco.

As Mensagens do EuroDIG 2025 que consubstanciam as principais conclusões das discussões que decorreram em Estrasburgo, deverão estar prontas até ao final do mês de maio, e vão ser levadas ao IGF global. As Mensagens serão publicadas em www.eurodig.org.

Continuaremos atent@s!

Anexo YOUthDIG

Relatório de Participação
João Correia, maio de 2025



Sessões online YOUthDIG (Pré-evento)

O YOUthDIG foi um evento presencial de três dias, antecedido por uma preparação intensiva online ao longo de cinco semanas. Todas as quartas-feiras decorreram sessões online, que se tornaram momentos-chaves de aprendizagem e preparação para os temas abordados no EuroDIG.

Estas sessões proporcionaram uma visão abrangente sobre os principais tópicos da edição deste ano, começando com uma introdução à governação da internet: o que é regulado, quem define as regras e de que forma as decisões moldam o mundo digital. Explorou-se também a camada técnica da internet, incluindo o funcionamento das suas infraestruturas, com destaque para o papel do EURid e a importância dos nomes de Domínio Internacionalizados (IDNs) na construção de uma internet mais inclusiva.

Foi ainda apresentado o conteúdo principal da obra *“Digital Policy in the EU: Towards a Human-centred Digital Transformation”*, da autoria de Werner Stengg, que analisa a agenda legislativa e de inovação da União Europeia com enfoque nos direitos digitais. A obra sublinha igualmente os investimentos estratégicos em infraestruturas digitais como ferramentas essenciais para assegurar a soberania tecnológica e a competitividade europeia.

As sessões abordaram, adicionalmente, os fundamentos técnicos da internet, tais como redes, protocolos e os principais desafios associados à conectividade global.

Durante a fase de preparação, foram-nos propostos vários tópicos temáticos. Cada participante escolheu aquele onde considerava poder contribuir mais significativamente, formando grupos com um máximo de cinco elementos. Fiquei integrado no grupo dedicado ao tema “Content and Media generativo”, no qual desenvolvi uma apresentação de dois minutos intitulada de “A moralidade de usar arte de um artista para gerar nova arte”, onde explorei questões éticas relacionadas com a utilização de obras artísticas pré-existentes em processos de criação artística assistida por inteligência artificial.

YOUthDIG: 9 a 11 de Maio (Pré-evento presencial)

A componente presencial do YOUthDIG foi concebida não só como uma extensão da aprendizagem teórica adquirida durante as sessões online, mas também como uma oportunidade para aplicar esses conhecimentos em contexto prático e desenvolver competências interpessoais e profissionais, como comunicação, resolução de conflitos, empatia, entre outras.

Durante três dias, de 9 a 11 de maio, participamos num programa intensivo e estruturado que combinou componentes teóricas, práticas, sociais e de desenvolvimento pessoal.

No primeiro dia, 9 de maio, teve como principal objetivo a integração dos participantes e a criação de um ambiente colaborativo. A equipa de organização facilitou dinâmicas de “ice breaking” muito eficazes, promovendo uma rápida familiarização entre todos. A nível de conteúdos, tivemos a oportunidade de conversar com Matthis Kloat, Head of the Digital Governance and sport Department

do conselho da Europa. Seguiu-se uma introdução à computação quântica, com a apresentação de diferentes cenários aplicáveis ao mundo digital futuro. O dia terminou com a partilha das apresentações preparadas previamente pelos participantes, relacionados com os tópicos escolhidos durante a preparação online.

No segundo dia, 10 de maio, foi inteiramente dedicado à redação das YOUth Messages, que seriam posteriormente apresentadas no EuroDIG. Os participantes foram distribuídos em grupos de seis elementos, conforme o seu interesse nas quatro temáticas principais previamente acordadas. O processo de elaboração das mensagens seguiu uma metodologia interativa, na qual cada grupo assumia também o papel de crítico das propostas dos restantes. As mensagens que suscitassem uma objeção forte por parte de qualquer participante seriam automaticamente excluídas; um modelo inspirado na metodologia de construção de mensagens do próprio EuroDIG.

As mensagens finais foram enviadas aos oradores convidados e publicadas no website oficial do EuroDIG. Tiveram ainda o destaque de serem lidas no Hemiciclo durante o primeiro dia do evento principal por dois participantes do YOUthDIG.

No Terceiro dia, 11 de maio, a parte da manhã foi focada em concluir o processo de redação das mensagens. A tarde foi dedicada à interseção entre saúde e inteligência artificial, com sessões que abordaram temas como: “O impacto das redes sociais na saúde mental”; “AI para a saúde mental” e “Bioinformáticas”; O dia terminou com um debate informal entre quatro equipas, onde ganhava quem tivesse mais votos.

Reiterar ainda a forte componente social presente ao longo de todo o evento. Participamos em jantares tradicionais da região de Estrasburgo, atividades lúdicas como peddy papers, visitas pela cidade, idas a bares e sessões de karaoke, entre outras saídas noturnas. Estes momentos foram essenciais para fortalecer os laços entre os participantes de diferentes países e origens, reforçando o espírito de comunidade e o propósito do YOUthDIG: Sermos jovens curiosos, com vontade de aprender, crescer e fazer ouvir a nossa voz no panorama digital europeu.



EuroDIG: 12 a 14 de Maio

O evento principal, EuroDIG (European Dialogue on Internet Governance), decorreu entre os dias 12 e 14 de maio, em Estrasburgo. Foi disponibilizado um documento aos participantes, no qual deveriam escolher obrigatoriamente um dos três a quatro slots disponíveis por hora, dependendo da realização ou não de um Main Topic no Hemiciclo.

Os participantes do YOUthDIG tinham ainda a responsabilidade acrescida de se inserir em, pelo menos, duas sessões para desempenhar funções como Host ou Remote moderator. No meu caso, tive a oportunidade de participar ativamente nas seguintes sessões:

“The Council of Europe Framework convention on AI and Guidance for Risk and impact Assessment of AI Systems on Human Rights, Democracy and Rule of Law (HUDERIA)”

- Como Host da sessão

“Generative AI and Freedom of Expression: mutual reinforcement or forced exclusion?”

- Como Remote Moderator da sessão

No final de cada dia do EuroDIG, realizou-se uma sessão de *Intergenerational Dialogue*, um momento de conversa aberta entre dois participantes do YOUthDIG e dois especialistas. Estes diálogos permitiram uma troca de ideias intergeracional valiosa e perspetivas complementares sobre os principais temas abordados ao longo do dia.

Importa sublinhar que o mote do EuroDIG, tal como o próprio nome indica, é o diálogo aberto. Qualquer pessoa pode intervir a qualquer momento, seja presencialmente ou online, sendo essa participação não apenas permitida, mas ativamente incentivada. Este modelo promove um ambiente verdadeiramente inclusivo, colaborativo e horizontal, reforçando o objetivo de construir uma governação digital mais democrática e participativa.

Reflexão final

Após uma semana de trabalho intenso e várias semanas de preparação prévia, o EuroDIG chegou ao fim, e não podia estar mais satisfeito com os resultados alcançados.

Embora a premissa principal do evento seja o *Dialogue on Internet Governance*, a experiência foi muito mais do que isso, especialmente no que diz respeito ao YOUthDIG, O pré-evento dedicado à juventude. Este programa não só nos permitiu aprender e discutir os principais temas de governação digital, como também garantiu que as vozes jovens fossem efetivamente ouvidas, através da construção colaborativa das mensagens que deixamos aos decisores políticos.

Contudo, o YOUthDIG representa mais do que apenas um espaço de diálogo. É uma comunidade, é a criação de amizades duradouras, é uma forte força de inspiração. É, acima de tudo, um processo de crescimento pessoal e abertura de portas para o futuro. Reuniu pessoas de diferentes idades, culturas, nacionalidades e personalidade com um objetivo comum, uma internet melhor para todos nós. E não podia estar mais grato por ter partilhado esta experiência com um grupo tão extraordinário.

Gostaria de expressar um agradecimento profundo ao .PT, por me proporcionar esta experiência única, que poderá ter redefinido o rumo da minha vida. A minha gratidão também para a equipa de organização do YOUthDIG, pelo seu empenho em garantir que as vozes da juventude são ouvidas e respeitadas.

A todos aqueles que estejam a considerar participar no futuro, Façam-no. A decisão sobre o futuro digital não cabe só aos políticos, todos fazemos parte desta construção coletiva de uma internet mais justa, mais inclusiva e verdadeiramente representativa.

Ao .PT e à equipa de organização, aos colegas que se tornaram amigos e a todas as pessoas que tornaram o YOUthDIG e o EuroDIG possíveis:

Obrigado. Thank you. Merci.



João Correia,
Lagos, 18 de Maio, 2025